

A natureza e as implicações morais do agir econômico em Adam Smith

Daniel Vítor de Souza Paschoal¹

Resumo: Nosso trabalho de pesquisa teve por objetivo compreender e explicitar, primeiramente, a concepção precipitada e errônea do pensamento smithiano sobre o agir econômico, o que muitas vezes ocorre por causa de uma leitura superficial – e unilateral – da *Riqueza das Nações*, e em seguida apresentar o pensamento moral de Smith em seus conceitos básicos. Por fim, desejamos refletir, à luz de *A teoria dos sentimentos morais*, ainda que introdutoriamente, o que seria a conduta moral-econômica do agente, tal como refletida na obra deste notável pensador escocês.

Palavras-chave: Ética. Economia. Autointeresse. Espectador imparcial. Adam Smith.

Abstract: This article aimed to understand and explain, first, the hurried and erroneous conception of Smithian thought about economic action, which often occurs because of a superficial - and unilateral - reading of the work *Wealth of Nations*, and then to present Smith's moral thinking in its basic concepts. Finally, we wish to reflect, in the light of *The Theory of Moral Sentiments*, albeit introductory, what the agent's moral-economic conduct would be, as reflected in the work of this remarkable Scottish thinker.

Keywords: Ethics. Economics. Self-interest. Impartial Spectator. Adam Smith.

INTRODUÇÃO

Adam Smith, nascido no ano de 1723, foi um filósofo e economista escocês, considerado por muitos como o pai da economia moderna, devido ao grande reconhecimento de sua obra intitulada “Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações”. A importância e influência de Smith se faz presente em diversos autores, influenciando o pensamento de personalidades como David Ricardo, Karl Marx, John Maynard Keynes, John Kenneth Galbraith, Amartya Sen e diversos outros. Smith é sempre tomado como um grande clássico, tanto como ponto de partida para novas teorias econômicas, ou reaparecendo em uma nova roupagem e reformulações realizadas por autores que se influenciaram por sua teoria.

Mas o que muitos não sabem, ou muitas vezes se abstrai, é que Smith, anteriormente, foi professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow – o que o ajudou a desenvolver

¹ Daniel Vítor de Souza Paschoal foi orientando do Prof. Dr. Édil Guedes em sua iniciação científica, realizada entre 2017 e 2018, como estudante de Filosofia e como bolsista do CNPq. Seu plano de trabalho esteve vinculado ao projeto de pesquisa de seu orientador, intitulado “Fundamentos filosóficos da relação entre Ética e Economia”, dentro da linha de pesquisa Ética. Daniel concluiu a sua Graduação em Filosofia (Licenciatura) pela FAJE em 2018. E-mail do autor: danielvitor2009@gmail.com

a sua obra moral intitulada “A teoria dos sentimentos morais” –, e que ele projetava compor uma trilogia sobre a vida social humana, plano anunciado em 1790, e que não pôde ser concretizado em razão de seu falecimento neste mesmo ano.

O EQUÍVOCO INTERPRETATIVO SOBRE A AMORALIDADE DO AGIR ECONÔMICO EM SMITH

Adam Smith foi sem dúvida um dos grandes expoentes do pensamento econômico do século XVIII. Em sua obra “Riqueza das Nações”, o autor realiza uma cuidadosa análise sobre as questões relacionadas à divisão do trabalho, ao funcionamento das sociedades comerciais, além de diversos outros conceitos, que caracterizam sua forma de entender a sociedade alicerçada no âmbito econômico.

Um dos grandes problemas que envolvem o pensamento smithiano, que nem se apresenta como algo relacionado à sua teoria em si, é o grande equívoco cometido por muitos na interpretação do pensamento econômico do autor, muitas vezes deliberadamente afastada da consideração de sua obra anterior, a partir da suposição, tantas vezes difundida, de que os dois trabalhos de Smith não são compatíveis entre si.

E, partindo dessas leituras, digamos, apressadas, surgiu uma forte visão caricata do agente econômico smithiano, como um indivíduo que se apresenta como um agente amoral, visando unicamente à sua satisfação pessoal ou ao seu *autointeresse*, expressão que será melhor trabalhada no decorrer do nosso texto, e que por muitas vezes é entendida como equivalente a *egoísmo*.

Grande parte dessa visão caricata do agente econômico parece fundamentar-se por uma passagem da Riqueza das Nações, muito citada, presente no segundo capítulo do primeiro livro, que diz:

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a autoestima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. E isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer - esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (SMITH, 1983, p. 50)

A partir de uma leitura descontextualizada, esse indivíduo é interpretado como alguém que só realiza uma ação levando em conta apenas o interesse próprio, e ignora qualquer outra motivação, princípio ou critério associado às categorias fundamentais do pensamento moral do filósofo. Mas o indivíduo para Smith pouco se assemelha com aquele presente em outras concepções, como a de Thomas Hobbes, por exemplo, que afirmava que o indivíduo é naturalmente insociável, não penso por natureza à relação e ao intercâmbio.

Smith, no início do segundo capítulo de “A Riqueza das Nações”, afirma o contrário: o ser humano tem uma inclinação inata ao intercâmbio, à troca, e esta característica decorre de sua natureza racional e comunicativa, decorre do fato de sermos dotados de capacidades como falar e raciocinar, e do modo como nos relacionamos com os outros, o que ocorre por meio da razão e da palavra.

Mas Smith não pensa no contrato social como um pacto, como fundador da sociedade civil, o autor o vê como uma conquista mais progressiva, ele entende o contrato como um desenvolvimento da relação própria entre os agentes que, por meio do desenvolvimento desta relação que é conforme à sua natureza, vai civilizando-se.

O agente racional para o economista, vincula-se ao outro pela palavra e pelo acordo, como um comércio de ideias – aspecto importante na visão de Smith –, que é essa relação mercantil que não se apresenta como estritamente material. Muito pelo contrário, o desenvolvimento dessas relações materiais se dá envolvido por essa lógica da comunicação, própria dessa troca característica do agir humano.

Outro aspecto que se apresenta na difusão caricata da obra smithiana, tomada novamente de forma até mesmo contrária ao pensamento original do autor, relaciona-se à figura da *mão invisível*, assumida como um conceito e que aparenta, na perspectiva do leitor desatento, como um processo mágico que regula completamente o egoísmo presente nesses agentes econômicos, levando as suas ações no final do processo ao bem público, à realização do interesse de toda a sociedade.

Como se não bastasse, recorrem a Bernard de Mandeville, autor do livro “A fábula das abelhas”, como um autor fortemente influente do pensamento de Adam Smith. Muitos chegam a confundir a perspectiva de Smith com a de Mandeville, e consideram que, para o filósofo escocês, os vícios privados resultam nos benefícios públicos, como concluíra Mandeville em sua *Fábula da Abelhas*.

Mas, na verdade, Smith se mostra um grande crítico de Mandeville, e apresenta, de forma inequívoca, sua dura visão sobre tal pensamento, como podemos ver nessa passagem da obra “Teoria dos Sentimentos Morais”:

Há, contudo, um outro sistema que parece remover toda a distinção entre vício e virtude, e cuja tendência é, por isso, totalmente pernicioso. Falo do sistema do Dr. Mandeville. Embora as noções desse autor sejam errôneas em quase todos os aspectos, há uma natureza

humana, todavia, algumas manifestações que, quando vistas de certa maneira, parece à primeira vista favorecê-las. Estas, descritas e exageradas pela eloquência viva e bem-humorada, posto que vulgar e rústica do Dr. Mandeville, lançaram sobre suas doutrinas um ar de verdade e probabilidade, muito capaz de lograr os poucos versados. O Dr. Mandeville considera que tudo o que se faz por senso de propriedade, por respeito ao que é recomendável e louvável se faz por senso de propriedade, por respeito ao que é recomendável e louvável, se faz por amor ao louvor e à aprovação, ou como ele diz, por vaidade. Observa que o homem naturalmente está muito mais interessado em sua própria felicidade do que na de outros, e que é impossível, em seu foro íntimo, preferir realmente a prosperidade destes à sua própria. (SMITH, 2002, p. 457)

Smith defende que, nesse plano das relações econômicas, o interesse privado acaba levando a um bom resultado coletivo de fato, mas isso não significa que se defenda a pertinência de um interesse privado que se motive de forma absoluta e cega. Isto significa que o agente deve buscar aquilo que lhe interesse, e lhe cabe, mas dentro de um mundo de leis e de forma moralmente condicionada, não em um contexto alheio à consciência moral. O ser humano não se abstrai de si mesmo nesse momento, no sentido de ignorar os seus sentimentos e juízos morais, nem mesmo as leis da sociedade onde ele está inserido.

Um indivíduo que realize uma ação autointeressada, realiza uma ação que para Smith é uma ação comum, e que deve ser ponderada com as ferramentas morais que estejam polidas por um espectador imparcial amadurecido – conceito este que será adiante elucidado – podendo ser considerada em grande parcela das ocasiões uma ação própria ou justa.

Com relação à *mão invisível*, observe-se que o filósofo escocês usa esta expressão apenas três vezes ao longo de todas as suas obras. A primeira citação foi em um tratado de astronomia que não chegou a publicar. Nesse texto, ele está se referindo a uma certa espontaneidade da vida natural, uma lei que ordena as coisas. Segundo ele, os antigos e pagãos, com visão geralmente politeísta, achavam que aquilo era da propriedade das coisas, por exemplo; um objeto cai por que possui um determinado peso, não se pensava numa lei gravitacional; e isso se contrasta com essa visão nova, que enxerga essa lei como uma “mão invisível”, que ordena e regula, enquanto os antigos achavam que essa “ação divina” só aparecia em eventos irregulares da natureza, vulcão, eclipse, maremoto, dentre outros. Eles tinham uma ideia de que nessa hora algum deus estaria agindo, e essa seria a mão invisível para eles.

Adam Smith traz essa expressão mais outras duas vezes, uma delas na “Teoria dos Sentimentos Morais”, já relacionada com o tema da economia. Dessa vez ele a associa a uma Providência, como se fosse a mão invisível do autor da natureza, dispondo as coisas de um tal modo que elas no final se justifiquem. De fato, ele fala sobre o egoísmo, mas os leitores costumam interpretar de forma invertida. Ele cita os ricos e poderosos de fato, mas o modo

que essa vida comercial, que é a forma mais natural que o ser humano se desenvolve, exige que aquele excedente dos recursos dos bem afortunados financeiramente tenha que circular, por que é da lógica desse movimento econômico, e essa lógica é a mão invisível, essa lei da economia, essa forma como ela está organizada.

Na verdade, ele não afirma que isto ocorre *por causa do egoísmo* desses agentes as coisas ficariam boas, mas sim, *apesar do egoísmo* que reduz a sensibilidade e a consciência moral desses agentes. Quando se dão as suas ações no plano econômico, os resultados dessas ações favorecem também aos mais simples – voltamos a ressaltar – pela necessidade de aquele excedente circular, apesar de o egoísmo existir, não que a partir dele a lógica econômica irá se desenvolver. Ela, de certo modo, limita os seus efeitos e induz o indivíduo egoísta a estender aos demais os benefícios da sua busca por enriquecimento.

Esse indivíduo egoísta, querendo ou não, precisa fazer esse excedente passar para outras mãos, caso queira chegar aos seus interesses pessoais, porque isso é da lógica do comércio. Mas, na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith associa isso ainda, em última instância, a uma providência divina: ele permitiu essa disposição dos elementos da vida social, pois, mesmo que ela pareça muito injusta e terrível, as coisas se encaminham para o bem. Ele não está defendendo o egoísmo como o que move tudo, mas dizendo que existe uma lógica que o limita, que o regula e o faz voltar-se à realização do bem coletivo, como podemos perceber nessa citação presente na seção quatro da *Teoria dos Sentimentos Morais*”:

Os ricos apenas escolhem no monte o que é mais precioso e mais agradável. Consomem pouco mais do que os pobres; e a despeito de seu natural egoísmo e rapacidade, embora pensem tão-somente em sua própria comodidade, embora a única finalidade que buscam, ao empregar os trabalhos de muitos, sejam satisfazer seus próprios desejos vãos e insaciáveis, apesar disso dividem com os pobres o produto de todas as suas melhorias. São conduzidos por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais entre todos os seus moradores; e assim. Sem intenção, sem saber, promovem os interesses da sociedade, e oferecem meios para multiplicar a espécie. (SMITH, 2002, p. 226)

Em *A Riqueza das Nações*, Smith aparentemente elimina esse elemento explicitamente moral e religioso. Ele não fala mais de uma *providência*, mas sim, mais claramente, de uma *lógica* na *Riqueza das Nações*. A expressão é usada em uma passagem presente no livro quarto, em que Smith fala do mercado exterior, como podemos ver:

Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao

máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1983, p. 379)

As pessoas preferem produzir em sua terra do que lá fora, mas por quê? Não é imediato o porquê desse pressuposto. Elas assim o preferem, por que aqui a produção está perto dos olhos de quem é o dono dela, porque, como ele diz, a pessoa conhece melhor os processos e os controla melhor, nesse sentido está preocupado com seu interesse, mas ele acaba produzindo na sua localidade, e gerando riqueza para sua terra e conseqüentemente aos seus cidadãos.

Portanto, ele prefere estabelecer contratos na sua proximidade, lidar com pessoas e colaboradores da redondeza, porque ele julga conhece-os melhor. Julga assim poder conhecer melhor o *caráter* dessas pessoas. Ele prefere se relacionar com pessoas em quem ele pode confiar, também em sob leis e em um regime jurídico que ele conhece e no qual sabe como proceder, inclusive se e quando for enganado. Assim, se ele acredita que é preferível agir assim, em comparação a um lugar desconhecido, com pessoas mais desconhecidas, leis desconhecidas – então não se trata de um processo automático.

Smith pressupõe uma moralidade antecessora desse processo mercantil local, pois a base do lucro desse agente eventualmente egoísta está fundamentalmente relacionada com a interação com os outros indivíduos ali presentes, demonstrando assim um certo nível de preocupação com essas outras pessoas. E ainda se diga que esta condição mais egoísta não identifica ou define todo agente humano; ela é sempre referida aos ricos e poderosos na obra de Smith.

Ele está preocupado, é claro, em ter uma melhor condição de produção, mas ele não está necessariamente descuidado em relação às pessoas com quem ele escolhe se relacionar, embora ele esteja motivado pelo interesse próprio, ele acaba realizando coisas que vão ao encontro do interesse de outros.

Também está preocupado com sua segurança, sua segurança jurídica, por que ele pode ser enganado por alguém de forma injusta, e em sua terra, ele conhece o estado de direito, ele conhece a lei e sabe como buscar reparação melhor que em outro lugar, quando Smith fala da mão invisível, ele fala de como curiosamente uma pessoa, mesmo buscando *apenas* ao

interesse próprio – que é o que normalmente ocorre com alguns indivíduos nessa sociedade comercial – o faz por canais que regulam e limitam a sua ação, e que podem levá-la a benefícios coletivos. Mas o filósofo não diz que tudo se resolverá dessa forma; essa mão invisível é uma metáfora para falar de certa espontaneidade que essas relações adquirem dentro dessa lógica social comercial. Não se diz que isso resolva tudo, que o ser humano sempre vai agir de forma autointeressada, ou ainda egoísta, e que tudo vai resultar numa forma harmônica e bonita de sociedade para todos.

IMPLICAÇÕES MORAIS NO AGIR ECONÔMICO

Depois de buscar elucidar parte dos problemas interpretativos que rodeiam a compreensão dos elementos presentes na concepção econômica de Smith, podemos afirmar que, para compreendermos qual é a natureza do agir econômico, e como suas motivações podem ser vistas em um quadro mais amplo, é necessário trabalhar sua obra econômica à luz da sua obra moral, visto que, em “A Teoria dos Sentimentos Morais”, o autor desenvolve todo um pensamento a respeito de categorias básicas com as quais podemos compreender a sua visão mais abrangente do agente humano e de seu agir.

Uma dessas categorias, que se revela de enorme importância em sua obra, é a *simpatia*, o primeiro tema que Smith busca elucidar em sua obra moral.

Smith pressupõe uma disposição natural do indivíduo a se interessar pela sorte alheia. Mesmo que essa ação não lhe traga nenhuma recompensa, ou que não se associe à conveniência de seus interesses particulares, o ser humano está propenso a se interessar pela situação dos que estão ao seu redor – de modo geral, a felicidade dos outros se torna necessária para si mesmo.

Dessa forma, a simpatia para o filósofo não é uma boa vontade, não é uma disposição benevolente em sua mais completa definição, a simpatia não ela própria é um sentimento moral, mas sim uma característica natural do agente, definindo-se como uma condição para qualquer sentimento moral. A simpatia é a capacidade inata que temos, é o recurso natural que possuímos que significa a disposição e a capacidade e de nos colocarmos, pela imaginação, no lugar do outro.

O autor deixa claro que, mesmo sendo esta uma propensão natural, podemos aprender a exercitar a simpatia, no sentido de desenvolvê-la, e a forma apresentada para isso é enxergando com mais elementos e com mais profundidade essa dinâmica de se colocar no lugar do outro. Uma pessoa mais embrutecida, que não consegue enxergar com mais elementos e que não é capaz de ver a situação do outro com uma riqueza de nuances e detalhes, demonstra possuir essa sensibilidade menos desenvolvida. Mesmo havendo tal disposição, exige-se o esforço de desenvolvê-la e realmente tentar entender, com mais profundidade, a condição do outro.

A simpatia é também uma condição do agente humano. Mesmo um indivíduo muito egoísta, reflete Smith, tem a capacidade, e ele não é completamente indiferente a sorte alheia, sendo capaz de se imaginar no lugar do outro, utilizando-se disso como uma maneira de saber avaliar e julgar a ação alheia.

Mas a simpatia tem outro sentido, uma reflexividade que não significa apenas como o espectador sabe se colocar no lugar do agente. Somos também introduzidos em sua obra ao conceito de *espectador imparcial*. Podemos observar esta breve introdução smithiana ao conceito:

Da mesma maneira, a insolência e a brutalidade da ira quando persistimos sua fúria sem controlar ou restringi-la, é o mais detestável dos objetos. Mas admiramos aquele ressentimento nobre e generoso, que governa a reparação das grandes ofensas, não pela raiva que podem despertar no peito dos sofredores, mas pela indignação que naturalmente provocam no espectador imparcial; que não permite que nenhuma palavra ou gesto lhe escape para além do que esse sentimento mais equitativo ditaria; que nunca, nem mesmo em pensamento, intenta maior vingança, nem deseja infligir nenhum castigo maior do que aquela cuja execução qualquer pessoa indiferente veria agrado. (SMITH, 2002, p. 25-26)

Para constituirmos um espectador completo, como sugere Smith, temos que nos representar agindo, como se fôssemos a pessoa da ação, mas quando agimos, só atuamos moralmente quando nos vemos de fora, não do ponto de vista do ator imediato, mas do ponto de vista do juiz imparcial, que eu já tenho elaborado, pois tenho uma vivência e uma reflexão do que é o humanamente esperado, do que a humanidade gostaria de ver, como se houvesse uma figura que representasse a melhor imagem do humano em mim que eu possa ter, é aquilo que a humanidade espera de mim, mas não o que alguém se quem eu possa obter algum benefício espera de mim, porque não é, de forma alguma, um agir por conveniência.

Não é, portanto, um agir para se apresentar bem para o outro e obter dessa forma alguma vantagem ou aprovação, mas é um agir para ficar bem com essa referência de humanidade presente à própria consciência moral, e essa referência só pode ser desenvolvida na experiência, utilizando as ações dos outros como matéria-prima da nossa sensibilidade e da nossa reflexão:

Se fosse possível que uma criatura humana vivesse em algum lugar solitário até alcançar a idade madura, sem qualquer comunicação com sua própria espécie, não poderia pensar em seu próprio caráter, a conveniência ou demérito de seus próprios sentimentos e conduta, a beleza ou deformidade de seu próprio espírito, mais do que na beleza e deformidade de seu próprio rosto. Todos esses são objetos que não pode facilmente ver, para os quais naturalmente olha, e com relação

aos quais carece de espelho que sirva para apresentá-los à sua vista. É colocado ante o semblante e comportamento daqueles com quem vive – que sempre registram quando compartilham ou desaprovam seus sentimentos –, é aí que pela primeira vez verá a propriedade ou impropriedade de suas próprias paixões, a beleza ou deformidade de seu espírito. (SMITH, 2002, p. 140)

Há os espelhos que a sociedade nos dá, por um lado, mas, por outro, necessita-se da elaboração do agente também; não é uma condição passiva, pois esse indivíduo será melhor formado moralmente, quanto melhor for por ele elaborada essa referência e quanto mais refinada se tornar a sua sensibilidade.

Diante de todos esses conceitos, chegamos a uma grande questão fundamental para o desfecho do trabalho: de que maneira esse agente moral se relaciona com a economia? Como Smith, em suas obras, pensa na relação entre essas duas esferas da vida? Tais esferas possuem de fato uma relação? Ou podemos pensar um indivíduo ora moral, ora movido estritamente pela conveniência econômica?

Analisando o pensamento smithiano, fica evidente em diversas ocasiões que o agir econômico tem completa relação com o aspecto moral, pois a relação econômica é uma relação livre, é um contrato estabelecido por duas figuras, que para poder estabelecerem uma relação, precisam saber avaliar se é justa a demanda apresentada, se um indivíduo, pondo-se no lugar do outro, por intermédio da simpatia, estaria do mesmo modo satisfeito, se aquilo que me pede ou oferece é devido, categoria essa mediada pelo espectador imparcial, que quando se faz uma referência bem cultivada, nos oferece elementos sensatos e justos de avaliação. Com efeito, essa justa medida exige que eu saiba me colocar no lugar do outro.

É evidente que somos movidos por um interesse próprio, precisamos primeiramente oferecer a nós mesmos certos elementos fundamentais para nossa sobrevivência e bem viver, necessitamos de nos alimentar, de possuir um abrigo, que nos conforte tanto nos dias quentes quanto nos frios, necessitamos de intervir pelos outros indivíduos com os quais cultivamos relações de afeto. É fundamental o autointeresse, entendido como o interesse pelo que diz respeito à minha própria sorte. E ele constitui a manifestação natural daquelas paixões de que o indivíduo é dotado que têm a si mesmo como objeto.

Na “Teoria dos Sentimentos Morais”, essas paixões egoístas (*selfish passions*), apresentadas no final da segunda seção, podem ser mal interpretadas, pois se costuma tomar *selfish* em um sentido apenas negativo. Mas o sentido original é mais neutro, significando aquilo que diz respeito a si mesmo, numa tradução mais precisa. Para Smith, é bom salientar, não há paixões boas ou más em si mesmas. É na ação que elas se tornam boas ou más, dependendo da *propriedade* de sua manifestação.

De fato, a existência das paixões egoístas não exclui a minha preocupação com o outro; se excluísse, os indivíduos estariam pouco se importando pelo outro, não haveria a

possibilidade de uma troca deliberada, livre e entendida como justa. Essa relação mercantil seria mais o que se espera na relação de troca: dada a condição de que ela é livre, esperamos que a pessoa faça algo que pressupomos ser justo, e o outro agente pressuponha o mesmo da nossa parte. O que ambos esperam que se ajuste ali é a troca como uma conciliação de propósitos e interesses.

Podemos também analisar o outro como apenas um indivíduo movido pelo seu interesse privado: se ele estivesse movido unicamente por esse propósito, e apenas a ele atento, buscaria por outros caminhos, usar de calúnia, roubo ou cometer qualquer ato imoral.

Mas o indivíduo participa do propósito de estabelecer um acordo com o outro, de oferecer algo que possa lhe beneficiar também. Se analisarmos sob essa ótica, qualquer relação econômica entre indivíduos, se bem estabelecida, pressupõe um caráter moral envolvido no próprio ato do intercâmbio.

Então, se as relações econômicas acontecem da melhor maneira como Smith enxergava, da forma mais civilizada, tentando buscar nosso interesse, é normal que busquemos o próprio interesse, e a economia trata disso, mesmo quando realizada de forma mais tradicional, como em uma economia de subsistência apenas.

Mas não a realizamos dessa maneira na sociedade moderna. Valemo-nos do mercado e da especialização produtiva, e se só confecciono sapato e o outro o pão, é necessário trocar o excedente, e será preciso que esses agentes se coloquem no lugar do outro, saibam julgar se a motivação é adequada.

Uma ação autointeressada não é necessariamente amoral ou imoral. Porque ela é uma ação, então está relacionada ao outro, portanto o agir autointeressado pode ser reconhecido no outro como adequado, como justo e correto, como próprio para aquela situação.

O resultado de todo esse processo, para o Smith economista, pode ser o caminho da prosperidade. Isto não significa que ele pense que essa ação autointeressada não resulte em um bem-estar coletivo, mas ele não toma isso como uma justificativa para imoralidade e o vício. Como vimos, o indivíduo para Smith não é esse puro agente egoísta, e apenas os indivíduos mais bem formados moralmente são capazes de construir uma boa cidade, um lugar justo onde os indivíduos possam se ajudar mais do que se atrapalhar, e que prezam pela justiça.

CONCLUSÃO

Fica-nos evidente, na obra do autor, tanto em seus escritos voltados para o âmbito moral, quanto naqueles voltados para o econômico, a grande preocupação com o aspecto moral do indivíduo, preocupação essa, muitas vezes não percebida por uma leitura descuidada.

Em seus textos, essa forte ligação da vida econômica com a vida moral se apresenta de uma forma nem sempre tão explícita, mas se revelam aspectos indissociáveis em uma leitura que busque uma compreensão satisfatória.

Esta relação se evidencia pela grande atenção do autor à sua obra moral, cuja preocupação em reeditá-la se manteve presente ao longo de toda sua vida, o que apenas reafirma o grande interesse que Smith possuía em tratar tal tema.

Smith foi um autor que teve muito o que dizer sobre o aspecto econômico da vida social no período em que viveu, e é um autor que também ofereceu grande contribuição no que diz respeito à moralidade. Estudá-lo hoje, ao nosso ver, faz-se indispensável para uma boa compreensão das relações entre moral e economia na sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

SMITH, Adam. Teoria dos sentimentos morais, ou, Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos: acrescida de uma Dissertação sobre a origem das línguas. Trad. Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz Joao Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas, Livro I)

BIANCHI, Ana Maria. A pré-história da economia. De Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: Hucitec, 1988.

BIANCHI, Ana Maria e SANTOS, Antônio T. L. Araújo dos. Adam Smith: filósofo e economista. Revista IHU, ano 3 - nº 35 - 2005 - 1679-0316.

OLIVEIRA, Júlio Ferreira. Ethos e politeia. Os fundamentos da concepção marxiana da economia. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SEN, Amartya Kumar. Sobre ética e economia. Trad. L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.